

Minha palavra de hoje é de paz para o campo. Refleti muito sobre esse tema e tomei providências concretas para dar um basta nessa onda de desrespeito às leis e de violência contra cidadãos e patrimônio.

Pessoas e grupos conhecidos têm passado por cima das normas de convivência que devemos respeitar e causado mortes e inquietação em algumas áreas do Brasil. Tenho recebido reclamações e apelos do País inteiro Quem vai dar fim a esta fase de insegurança são as autoridades competentes: os governos e os representantes dos Ministérios Públicos estaduais, com a ajuda do Governo Federal.

A administração pública, às vezes, se prejudica por superposição de poderes e funções, isto é, muita gente faz a mesma coisa. Outras vezes, erramos por omissão, ou seja, alguém deixa de fazer a sua parte.

Estamos diante de um caso de omissão. Para combater as invasões de propriedades rurais são competentes as autoridades estaduais. Os governos estaduais e o Ministério Público precisam agir com determinação para impedir essa situação, sob pena de os conflitos se multiplicarem.

Entreguei ao Ministro da Justiça, Nelson Jobim, a tarefa de coordenar ações para abolir, de uma vez por todas, essa onda de violência em nome de luta pela posse da terra. O Ministro Jobim está aqui comigo e vai explicar qual é a missão dele.

*Ministro da Justiça:* A missão é esta, Presidente: restabelecer a ordem no campo. E, para isso vamos acionar instrumentos políticos, fiscais e policiais, para que se volte a cumprir a lei.

E como vou fazer isso? Vou percorrer os estados onde ocorrem os conflitos, como Pará, São Paulo, Rondônia, Paraná e Rio Grande do Sul. Nós vamos ajudar as autoridades dos governos estaduais e do Ministério Público no combate à violência.

Todos têm notícias de que representantes do Movimento dos Sem-Terra e da UDR estão cometendo delitos. Estamos levando aos estados essas notícias de jornais, de rádio e televisão, juntamente com outros elementos. São crimes tanto a invasão da propriedade alheia como o porte de arma sem autorização policial. Também é crime o fornecimento de armas a assalariados com instruções para que pratiquem a violência.

Devo esclarecer que comete crime quem faz exaltação pública da violência ou estimula outras pessoas a fazerem o mesmo. Também é ato criminoso organizar associações para praticar atos violentos. Todos os envolvidos nesses delitos se sujeitam ao enquadramento em crime contra a paz pública. E esses crimes estão se acumulando, sem que tenham sido, em vários casos, tomadas as medidas legais para aplicar punições. Como esses crimes estão documentados pela imprensa, não será difícil acionar a Justiça e a polícia para colocar os criminosos atrás das grades.

Ainda esta semana, a Câmara dos Deputados vota um projeto do Governo, já aprovado no Senado, para que o porte de arma sem autorização seja considerado crime. É uma lei forte, que vai facilitar o conjunto das polícias estaduais e federal.

Nessa operação, poderemos contar, inclusive, com o apoio do Exército. Haverá, por exemplo, rigorosa fiscalização das fronteiras, para evitar o contrabando de armas. E as que estiveram dentro do País serão confiscadas.

*Presidente:* Vamos iniciar esse trabalho de imediato, Ministro.

*Ministro da Justiça:* Sim, Presidente. Começaremos a visita aos estados a partir do dia 15 deste mês. Primeiro, vou ao Pará e, de lá, para São Paulo. E, na seqüência, irei aos demais estados onde tenham ocorrido ou venham a ocorrer conflitos, quando, então, acertaremos as operações.

*Presidente:* Para restabelecer a ordem no campo, vamos, portanto, tomar duas atitudes imediatas: os estados acionarão a Justiça e a polícia para processar e prender os autores de violência e apreender armas.

Eu faço um apelo ao bom senso dos representantes de movimentos de trabalhadores e de empresários rurais para que obedeçam à lei e acatem os anseios do povo brasileiro por tranqüilidade e ordem. E recomendo ao Ministro Nelson Jobim aproveitar as visitas aos estados para apresentar, inclusive ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, os resultados do nosso programa de reforma agrária.

Como você sabe, estamos cumprindo rigorosamente nossas promessas de campanha, embora enfrentando grandes dificuldades. A maior das dificuldades são os conflitos que atrapalham as negociações para desapropriação de terras – conflitos que vamos combater pela via legal, mas a qualquer custo.